

AS RELAÇÕES DE PODER NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA A PARTIR DO COLONIALISMO INTERNO E DO RACISMO AMBIENTAL

Autores: Lucas César Rodrigues da Silva¹ e Maíra da Silva²

RESUMO

As Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira Paulista possuem um extenso legado histórico de luta e resistência da população negra campesina a favor do seu território, do seu modo de vida e sobretudo do embate com o poder local. Com o objetivo de discutir os meandros destas relações, abordaremos nesse trabalho como se estabelecem as relações de poder referente ao racismo ambiental e colonialismo, e como ambos se relacionam sendo os alicerces do modelo hegemônico e são antagônicas aos direitos da terra dos quilombolas, e conseqüentemente da liberdade de sobreviver dela.

Palavras Chave: Barragem, Colonialismo Interno, Racismo Ambiental, Comunidades Tradicionais.

INTRODUÇÃO

A região do Vale do Ribeira (SP- PR), é detentora de grande diversidade de comunidades tradicionais, entre elas indígenas, caboclos, caiçaras e quilombolas que desde o início da sua história exercem papel fundamental na prática de preservação da biodiversidade ambiental. Como exemplo dessa atuação pode-se considerar a preservação do único rio de grande porte que ainda não foi represado no estado de São Paulo, o rio Ribeira de Iguape, assim como a maior área contínua do bioma Mata Atlântica do país. Por outro lado, a região possui um histórico de conflitos territoriais pelo uso do espaço e da terra. A história da região e a formação das comunidades negras no Vale do Ribeira são marcadas pelo processo de colonização, apropriação de terras e recursos naturais (Luiz, 2015).

1 Graduando em Tecnologia do Controle Ambiental pela Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

2 Mestranda em Geociências pelo Instituto de Geociências na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

As primeiras ocupações europeias tiveram início no século XVI com a exploração de ouro nos afluentes do rio Ribeira de Iguape, através do trabalho de negros escravizados oriundos de África. O ciclo aurífero teve tanta importância para os colonos que deu origem aos nomes das cidades Eldorado, de onde retiravam uma grande quantidade do minério, e Registro onde se registravam o mesmo. Outro importante município foi Iguape, onde existia a casa de fundição e onde se localiza a foz do rio Ribeira de Iguape, por isso abrigava o porto para exportação do minério para outras regiões. Nesse processo o rio teve importante função de ser a principal via fluvial que fazia todo o transporte de mercadoria e de pessoas na região. Com o aumento do ciclo aurífero em Minas Gerais, muitos colonos deixaram o Vale do Ribeira. Entretanto, neste mesmo período muitos negros fugiram para as matas da região, dando origem as que hoje são chamadas de comunidades quilombolas. Atualmente a existência das comunidades quilombolas é respaldado pelo marco legal da constituição de 1988, que coloca “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, são reconhecidas como propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, no entanto o mesmo não é visto na prática, já que muitas ainda não possuem o título da terra. Embora as comunidades ainda existam e resistam nos seus territórios, projetos como empreendimentos mineiros, e invasões de grileiros são exemplos de desafios diários que as comunidades tradicionais têm que enfrentar a favor da conservação e manutenção de suas culturas em seu território. O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto é um grande exemplo. Inicialmente o projeto foi proposto pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa ligada ao grupo Votorantim, que desde a década de 80 solicita nos órgãos estatais a licença para construção da Usina, a qual inundaria uma grande área na região do Alto Ribeira impactando as comunidades tradicionais, inclusive as quilombolas diretamente. Como uma forma de discutir os nuances desse conflito o objetivo deste trabalho é esmiuçar como historicamente as relações do colonialismo interno e do racismo ambiental no território são problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas quando se refere a tomada de decisão das mesmas em relação a instalação de empreendimentos capitalistas do setor

elétrico, as barragens no rio Ribeira de Iguape. Para isso usaremos como aparato metodológico os conceitos de sociólogos latino-americanos e americanos que contribuem com os temas do Colonialismo Interno e do Racismo ambiental. Assim como os relatos das comunidades quilombolas sobre a luta e a preservação do seu território, descritas por autores que sistematizaram através de trabalhos acadêmicos.

O colonialismo interno discute como o Estado Nação mantém e renova muitas das estruturas coloniais internas que prevaleciam durante o domínio colonial ou burguês, no qual a burguesia estende seus processos de apropriação de recursos através das relações capitalistas. Estabelecendo relações econômicas ao custo de populações tradicionais deixando as em posição desigual, e tendo como representantes dos meios jurídicos políticos membros dos grupos hegemônicos. O racismo ambiental se refere as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desigual sobre as raças e etnias, seja por ação intencional ou não intencional. Ele acontece quando grandes empreendimentos direcionam seus impactos socioambientais para regiões, cidades, bairros que tem uma maior concentração de etnias ou raças vulnerabilizadas por um processo histórico. O conceito de colonialismo interno e racismo ambiental estabelecem de forma intrínseca e extrínseca e são importantes para entendermos os impactos sociais das relações de poder nos territórios quilombolas do Vale do Ribeira.

Racismo Ambiental

O racismo acontece quando um grupo étnico se joga superior a outro, tendo diferentes motivações, no Brasil os grupos étnicos que sofrem com essa mazela social são as populações negras e indígenas que ao longo da história do país foram escravizadas pela população branca. Nos dias de hoje a discriminação racial é determinante para a desigualdade social e suas consequências estão ligadas a outras formas de opressão como o acesso aos serviços públicos e controle de seus territórios. No Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 mostra que 50,4% da população brasileira é negra, ou seja, mais que a metade, o maior contingente dessa população está localizada no nordeste e norte, regiões

onde serviços básicos como saneamento são precários, ao mesmo tempo regiões como o sudeste, onde há uma maior concentração de riqueza, a população negra vive em áreas mais pobres. A questão social, econômica, política, cultural influenciam diretamente na saúde de uma população, no país as relações discriminatórias negam e excluem a população negra do meio ambiente, seja pela falta de saneamento nas regiões onde esta população está concentrada ou pela chegada de grandes empreendimentos em seus territórios quilombolas impactando a relação de pertencimento com o mesmo, e fazendo a desapropriação desses grupos e a migração forçada de suas terras (DOS SANTOS, 2013).

O racismo ambiental nasce como mais um derivado das relações discriminatórias raciais ou étnicas, é uma forma de opressão racial que se estende para as populações atingidas por atividades que prejudicam o meio em que estão inseridas. Exemplos concretos podem ser observados nos estudos de Silva, Teixeira (2014), cuja a população quilombola do Vale do Ribeira está exposta a uma série de impactos por contaminantes oriundos das atividades de mineração na região do Médio Ribeira SP. Ou no caso de São Benedito em que as comunidades indígenas do Xingu tiveram que deslocar do seu território para implementação da barragem de Belo monte (Ribeiro, 2007). Em ambos os casos observamos atividades promovidas por grupos empresariais que utilizam a justificativa de produção de minério ou energia para a demanda do país, uma vez que o lucro gerado fica para ambas e as consequências ambientais e sociais ficam apenas para a população atingida. De maneira geral esse termo foi desenvolvido em torno de várias lutas e discussões até ser consolidado, nos debates para os casos de racismo ligado as questões socioambientais.

O conceito do racismo ambiental surgiu nos Estados Unidos, influenciado pelas lutas dos direitos civis com o contexto da igualdade racial. Um dos marcos da luta estadunidense contra os impactos ambientais em comunidades negras foi em Houston, quando afro-americanos começaram uma luta difícil para manter um aterro sanitário fora do bairro que residem, localizado no subúrbio. Moradores locais após o acontecimento formaram a “Northeast Community Action Group” (NECAG). o caso que aconteceu em Houston, na Carolina do Norte, ganhou grandes proporções ao que se refere

aos impactos socioambientais em comunidades rurais com a maior parte da população negra (BULLARD & JOHNSON, 2000)

Outro acontecimento das lutas afro-americanas contra os impactos ambientais em comunidades negras que acrescentou as relações demográficas numa perspectiva racial foi em Warren Country em 1982, onde, a contaminação do solo por PCB em uma comunidade afro-americana gerou protestos, no qual, mais de quinhentos protestantes foram presos. Os protestos de Warren Country geraram o estudo da U.S. General Accounting Office (1983), *Siting of Harzadous Waste Landfills and Their Correlation with Racial and Economic Status of Sorrounding Comunnities*. O estudo foi feito em quatro regiões que os aterros com substâncias perigosas estavam localizados, o estudo demonstrou que apenas 20% da população era negra nesses bairros, mas os aterros estavam concentrados nas regiões habitadas pelos afro-americanos. O mais importante dos protestos acontecidos em Warren Country não foi o estudo realizado, mas foi que o racismo ambiental entrava no mapa das discussões sobre impactos socioambientais nos Estados Unidos. Os protestos também conduziram a Comissão da Justiça Racial (1987) para produzir *Toxic Wastes and Race in the United States*, este foi o primeiro estudo nacional correlacionando as regiões mais poluídas com a característica demográfica. A partir dos resultados, foi concluído que a raça é a variável mais importante para demonstrar em qual região essas atividades são direcionadas. Sendo a raça um quesito mais importante que a pobreza, demonstrando que a questão racial supera a classe ao que se refere aos impactos socioambientais (BULLARD & JOHNSON, 2000).

No ano de 1991 aconteceu a Primeira Cúpula Nacional Lideradas por Pessoas Negras em Washington, DC, foi o mais importante movimento contra o racismo ambiental da história. Durante quatro dias a cúpula foi frequentada por mais de 650 pessoas tanto de movimento sociais como líderes nacionais. Delegados vieram de todos os estados como dos países Porto Rico, México e Chile. Neste encontro foram trocadas estratégias de combate político contra o racismo ambiental como redefinindo o movimento e localizando os países que as populações negras vem sofrendo com os problemas ambientais. (LEE, 1992)

No Brasil o primeiro encontro aconteceu em 2001 na cidade de Niterói/RJ no Campus da Universidade Federal Fluminense (UFF), foi o Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania. Neste evento vieram Robert Bullard e Beverly Wright sociólogos e ativistas dos movimentos negros estadunidense, assim como Adeline Levine socióloga estadunidense que escreveu sobre o caso do Canal Love. Também teve a participação de membros dos movimentos sociais, ONG's, pesquisadores de várias regiões do Brasil. O colóquio possibilitou o diálogo e a articulação entre sindicatos, movimentos sociais, ambientalistas e pesquisadores com o enfoque de debater e ampliar as lutas por justiça ambiental no Brasil e na América Latina (HERCULANO, 2016; RAMMÊ, 2012; ACSERALD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

No ano de 2005 aconteceu outro encontro desta vez como o foco racismo ambiental, I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, ele foi realizado em Niterói-RJ no mês de novembro no Campus da Universidade Federal Fluminense, neste encontro reuniu pesquisadores da academia, gestores federais e ativistas dos movimentos negros e indígenas (Herculano, 2016). Segundo Herculano sobre o tipo de discussão do seminário:

“...um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre negros urbanos, ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, índios, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas, etc – que tem se defrontando com a chegada do estranho, isto é, dos grandes empreendimentos desenvolvimentistas que os expõem de seus territórios, desorganizando suas culturas, forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação dos seus ambientes de vida...(HERCULANO)”

No Brasil o debate sobre o racismo e seus derivados como o racismo institucional, racismo ambiental e demais formas desse tipo de preconceito e inferiorização de populações aumentou nas últimas décadas; certamente pela luta dos movimentos negros e indígenas e a exigência por mais dados sobre a situação dessas populações, desta forma, possibilitando que pesquisadores que estudem o tema tenham maiores informações para provar no meio acadêmico o racismo no país. Contudo, a sociedade brasileira foi influenciada pelo mito da democracia racial criado na década de 30,

pensamento de Gilberto Freyre sociólogo brasileiro, tal pensamento parte do pressuposto que o Brasil seria o paraíso racial, que a miscigenação teria impossibilitado qualquer forma de discriminação, que os problemas sociais dos brasileiros só estariam ligados apenas a desigualdade social (GUIMARÃES, 2001). No imaginário brasileiro sem dúvida é muito mais fácil explicar os impactos socioambientais por um viés de classe do que racial. Mas será que é real, apenas uma análise classicista da realidade socioambiental brasileira? Apesar da grande luta dos movimentos negros e indígenas, no Brasil a variável raça não é bem vista, se o país tem uma desigualdade racial, logo, ele é um país que privilegia uma etnia, ou seja, tem ações racistas, contrariando o pensamento que foi imposto pelo grupo dominante e criando afirmações que só trariam conflitos para os grupos étnicos do país.

Devido a esse contexto, e a mistificação das relações raciais, o reconhecimento dos determinantes raciais enfrentam mais dificuldades para serem aceitos, isto acontece com os indicadores que não são possíveis de questiona-los como direitos humanos, pobreza, trabalho infante juvenil, acesso à terra. Como os debates sobre as questões socioambientais e sua ligação com as relações raciais são ainda novas, o reconhecimento dessa variante encontra ainda mais dificuldade (PAIXÃO, 2004). Mesmo quando pesquisas relacionam a questão racial com as variantes econômica, social e ambiental, como é o caso das pesquisas de Paixão (2002) que demonstram que no ano de 1999, se caso o Brasil tivesse só a população branca, nosso país teria um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto (acima de 0,800) e se fosse formado somente por afrodescendentes³, este índice de IDH seria médio-baixo (abaixo de 0,700) (PAIXÃO, 2002).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou no ano de 2008 uma pesquisa referente o acesso ao saneamento por cor ou raça. A pesquisa demonstra que em 2001 21,7% da população branca não tinham acesso ao saneamento e em 2006 diminui para 18,7% desta população, a mesma pesquisa demonstra que em 2001 42,8 da população afrodescendente não tem acesso ao saneamento, é quase o dobro da população branca, e no ano de 2006 esse número diminui para 35,9 de afrodescendentes que não

3 Pretos e pardos.

tem acesso ao saneamento. Pesquisa como esta, reforçam a perspectiva que a questão ambiental atinge de forma diferente grupos raciais (IPEA, 2008). Outros dados vem surgindo sobre os impactos socioambientais, seja em áreas urbanas ou rurais, tendo raça como indicador. Como é o caso do Mapa de Conflitos Causados por Racismo Ambiental, lançado em 2007, tal estudo traz à tona conflitos em comunidades indígenas, populações urbanas negras, quilombolas, caiçaras, comunidades de terreiro e demais grupos nos 25 estados do Brasil. Outra ferramenta importante para a análise dos impactos socioambientais nas populações rurais ou urbanas, é o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, nos dois mapas o caso da barragem Tijuco Alto e seus impactos nas comunidades que habitam o Vale do Ribeira estão registrados.

Colonialismo Interno

O conceito do termo colonialismo interno está ligado ao processo de colonização, no qual primeiramente populações nativas não foram totalmente exterminadas e estas populações começam a fazer parte do Estado colonizador e depois do Estado que consegue se liberta da metrópole, ou mesmo, o Estado que está em processo de libertação, partindo para uma ideologia socialista, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal. Segundo Casanova (2007) as características dos povos ou minorias sociais que sofrem com o colonialismo interno são populações que habitam territórios sem governo, estão em desigualdade frente as elites das etnias dominantes, sua administração e situação jurídico-política estão nas mãos da elite da etnia dominante, seus habitantes não participam dos cargos políticos de maior relevância; os direitos, sua situação econômica, política social e cultural de seus habitantes estão nas mãos do governo central, normalmente os colonizados destes Estados-nação pertencem as raças que ao longo da história foram vulnerabilizadas pelo contexto histórico, e que são distintas dos governantes, a maioria dos colonizados pertencem a uma cultura distinta e normalmente não falam a língua oficial (GONZALES CASANOVA, 2007).

No mundo colonial a cidade que o colono e colonizados habitam se opõe: a cidade do colono é feita de pedra ou ferro, iluminada, asfaltada, rica e sua população é branca. Já a cidade do colonizado é pobre, é faminta de pão, é assustada e suas populações são negras e indígenas. Este mundo dividido em duas caixinhas é habitada por povos diferentes, com situação econômica desigual, a qualidade de vida do colonizado é inferior a do colono. Quando se observa o mundo colonial percebe-se que a posição de cada indivíduo é determinada pela sua raça. Como expõe Fanon “a causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico” (FANON, 1968). Pelo grupo dominante já na situação de nação independente capitalista, é passado a perspectiva de progresso, a partir de um mercado avassalador vende-se a ideia que todos têm acesso aos bens produzidos, busca-se uma sociedade singular, seguindo o padrão da elite dominante. Fala-se da morte do Estado, mas o que acontece é seu fortalecimento para atender as necessidades da burguesia, e as minorias populacionais ou políticas sofrem com a idealização de um projeto hegemônico (SANTOS, 2001)

Contra esse processo hegemônico liderado pelas elites dominantes, aconteceram no começo do século XX revoluções de independência e nacionalistas, porém, as primeiras análises sobre o fenômeno de colonialismo interno só apareceram mais tarde, nos anos 60 quando uma nova esquerda começou a criticar as contradições dos estados dirigidos pelos socialistas e pelos nacionalistas dos países subdesenvolvidos. Mas o colonialismo interno surgiu verdadeiramente no final do século XX, quando a luta de povos, etnias oprimidas ganharam o cenário mundial. Muitas etnias rivais que sofriam a exploração de um mesmo grupo étnico dominante, compreenderam que tinham um inimigo em comum e para a conquista da liberdade precisavam se unir contra o poder hegemônico, nesta perspectiva formando comunidades, grupos, sociedades multi-étnicas que se tornaram protagonistas na luta contra o estado centralizador (GÓNZALES CASANOVA, 1994)

Segundo Casanova a história do colonialismo interno como categoria:

“A história do colonialismo interno como categoria, e das discussões a que deu lugar, mostraram suas piores dificuldades na compreensão da luta de classes e da

luta de libertação combinada em nível internacional e interno. As correntes ortodoxas opuseram-se durante muito tempo ao uso dessa categoria. Preferiram seguir pensando em termos de luta contra o “semifeudalismo” e contra o trabalho servil, sem aceitar que desde as origens do capitalismo as formas de exploração colonial combinam o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado (GÓNZALES CASANOVA, 2007).

O Estado imperialista mantém o poder para etnias dominantes, as relações colonias com as etnias vulnerabilizadas pelo processo histórico é sustentado dentro de suas fronteiras políticas. Estas relações se mantêm mesmo depois de processos de independência em que as etnias descendentes dos colonizadores e colonizados se juntaram para se separarem da metrópole. Uma das regiões onde se discutiu mais o problema do colonialismo interno foi na África do Sul e na América Central, o país sul africano tinha uma minoria branca que era o colonizador na maioria negra, segundo Gónzales Casanova sobre a situação da África do Sul e sua analogia com o colonialismo interno “ver como o capital monopólico e o imperialismo combinaram-se com o racismo e com o colonialismo para explorar e oprimir territórios que vivem sob um regime colonial ou neocolonial” O caso sul-africano gerou debates, nos quais muitos negam o colonialismo interno a partir da perspectiva que uma sociedade capitalista não pode manter a postura colonial. Para o mesmo autor a presença do colonialismo interno no conceito das lutas de classes e de povos oprimidos se torna importante pois:

“À presença do colonialismo interno no conceito da luta de classes e pela libertação nacional acrescenta-se a dos espaços da luta de classes e da libertação nacional. Se em um caso o colonialismo interno enriquece a compreensão e a ação das lutas dos trabalhadores e dos povos oprimidos, em outros coloca o problema das diferenças e semelhanças dos campos de luta que não somente interessam aos trabalhadores ou aos povos oprimidos, mas a todas as forças ocupadas em construir um mundo alternativo a partir do local até o global, a partir do particular até ao universal (GÓNZALES CASANOVA, 2007)”.

A política de globalização e neoliberal hoje presente em todos os países, reorganizam a estrutura das empresas seja em âmbito nacional, internacional ou transnacional mantendo as relações do poder colonial através da exploração de trabalhadores, das populações que a longo do processo

colonial foram vulnerabilizadas. As forças dominantes manipulam o sistema a seu favor e desarticulam aqueles que se opõe ao seu poder, com as grandes mudanças no mundo desde o triunfo do capitalismo, o conceito de colonialismo interno se mostra como essencial para uma análise crítica dos impactos sociais seja na esfera local ou global. Ainda com essa ofensiva capitalista há uma grande rede de povos, trabalhadores, etnias que lutam contra esse controle sistêmico para Gónzales Casanova acrescenta:

“As novas lutas que livram os povos rebeldes ou em resistência contribuem para esclarecer a complexidade ou interdefinição que alcançaram as categorias do capitalismo e fazem ato de presença em todas elas. Também registram as amargas experiências de mediação, cooptação e corrupção que as distintas revoluções sofreram com a integração dos movimentos revolucionários e reformistas aos sistemas políticos do Estado, fosse este liberal, social-democrata, nacionalista, socialista ou comunista (GÓNZALES CASANOVA, 2007)”.

Esses coletivos, movimentos sociais, comunidades que se opõe ao colonialismo interno sabem mais que ninguém o poder de controle desse sistema, por isso, a luta contra tal, é de sumária importância e esses grupos constituem a base para a ação anti-imperialista.

Comunidades quilombolas no Vale do Ribeira

A região do Vale do Ribeira paulista é uma das regiões do estado com maior contingência de comunidades quilombolas, segundo o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP, 2016). Diferentemente das outras regiões do estado, marcadas pela escravização negra nas lavouras de café no século XIX, esta região teve grande contingência de negros escravizados no início da colonização europeia no século XVI (LUIZ, 2013).

O surgimento das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira foi de um extenso período de utilização de mão-de-obra de negros escravizados oriundos dos países de Angola, Moçambique e Guiné. Período este destacado pela exploração de ouro aluvião no Médio Ribeira. Existia na região nesta época uma estrutura organizada para extração e exportação do ouro. A região marcada tinha Iguape como a cidade onde se localizava o porto de pessoas e mercadoria e dava acesso para as províncias de São

Vicente e Paranaguá, além de ser o local de desemboque do Rio Ribeira de Iguape, o que dava acesso ao interior da região (LUIZ, 2013).

Ivaporunduva é a comunidade mais antiga da região teve sua fundação com uma família de colonos que se assentaram no local para explorar o ouro aluvião. Ela teve grande destaque pois é mais antiga que Xiririca, e hoje Eldorado é o município ao qual a comunidade pertence. Algumas heranças ainda são guardadas dessa época como a Capela que a colona Maria Joana pediu para os escravizados construírem, onde hoje é igreja de Nossa Senhora dos Rosários do Homens Pretos, e após a morte dela tal patrimônio ficou para os negros então libertos. Assim como Ivaporunduva outras comunidades da região foram formadas seguindo esse exemplo. Com o fim do ciclo aurífero os primeiros povoados negros foram se organizando mantendo suas tradições pelos troncos indígena e africano (ITESP, 1998, LUIS,2013).

Construção da Cosmovisão quilombola

Ainda que imersos em um mundo globalizado, as comunidades quilombolas preservaram suas tradições na agricultura, e nas demais atividades tradicionais de seu povo, estabelecendo uma relação de sobrevivência mútua com a natureza, sabendo utilizar os recursos naturais, o que se destaca como uma de suas virtudes . A essa relação com seus territórios se estabeleceu uma cosmovisão de vida , uma forma holística de sobreviver da natureza sem destruí-la, resultado da preservação da biodiversidade local na qual estão inseridos. As características do modo de vida quilombola reforçam tamanha mutualidade em viver e preservar o meio. Algumas atividades descritas por diversos autores que tiveram a possibilidade de sistematizar essas relações nos mostra de que maneira essas relações são simbólicas e concretas.

Nas épocas de plantio as famílias das comunidades se organizavam convidando outras famílias para realizarem o plantio ou a colheita juntos. Silva (2015) destaca que os mutirões de plantio são exemplo de ações sempre marcadas por momentos de festa para as famílias, além de demonstrarem as relações de união e coletivismo na produção dos

alimentos, como mencionada no Inventário Cultural das Comunidade quilombolas do Vale do Ribeira como Jamaciro da Silva, 57 anos, Ivaporunduva, 2011:

“Esse sistema foi sistema do escravo. Antes de 1888 era tudo junto que trabalhava. O puxirão era como se fosse uma formiga, ela trabalha com o puxirão quando vai chover pra levar comida pra casa. O puxirão é igual, junta uma equipe de pessoal para bardear comida pra casa [...] já vi muito aqui de até 60 pessoas. Às vezes mulheres carpiam e homens roçavam. Antes os mais velhos contavam que eles davam conta de até um alqueire sozinho, mas dependia do porte da roça e do tamanho da árvore. (ISA,2013)”.

A Agricultura Quilombola é outra atividade que se destaca-se como grande forma de tradição e resistência, a produção agrícola nas comunidades coloca-se como uma forma de manutenção entre as gerações. Ela demonstra-se importante não só pelo alimento, mas também pela qualidade de vida e pela relação com o uso da terra. Por muitos séculos as comunidades quilombolas produzem seus alimentos em sistemas de plantio que ajudam a preservar o solo, as águas, conforme Silva, Mazalla Neto (2015) descrevem nas palavras de um quilombola da comunidade de Sapatu Eldorado- SP “aprendi na agricultura quilombola, no plantio a preocupação que as pessoas passavam com o meio ambiente. A preservação da nascente né, isso ai é um conhecimento passado de geração para geração (Silva,2015)”

Algumas ações se concretizam em aspectos muito singulares do modo de viver quilombola, como a Agricultura Quilombola, roças e quintais são cultivadas e uma variedade de alimentos essenciais produzidos pelos moradores nas comunidades como como arroz, feijão, milho, mandioca, verduras entre outros, de modo que possam ser autossustentáveis. Além de terem grande capacidade produtiva para ser comercializada.

As mulheres quilombolas possuem um papel fundamental nas comunidade através de geração, são responsáveis pela produção nas roças, os quintais, pela casa, pelas crianças entre outras atividades. São elas mulheres negras, que desempenham um papel de guardiãs dos segredos das ervas muitas remédios que curavam os membros da comunidade quando não existiam médicos e até os dias de hoje são utilizadas (SILVA, 2015).

Outro importante ponto nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira é a ancestralidade, presente nas relações de respeito com os mais velhos. Para os quilombolas o processo de conhecimento sempre foi passado de pais para os filhos e filhas. A educação formal das escolas de ensino básico não era tão comum até a segunda metade do século passado e mesmo depois da inserção de jovens nas escolas, a distancia entre as comunidades era grande, e somente hoje com muita luta os moradores conquistaram o direito de estudar um pouco mais próximo numa escola quilombola. Mesmo com a escola tradicional de hoje, muitos aprendizados são tidos em casa, na roça, ou com as histórias contadas pelos mais velhos, trazendo a importância do respeito com estes e sua sabedoria (SILVA, 2015; LUIZ 2013).

Preservação do território e luta contra as barragens

A região do Vale do Ribeira contém uma área extensa dos remanescentes da Mata Atlântica e o mais importante rio de água doce ainda preservado no estado de São Paulo, cujo em 1999 foi declarado pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade.

Apesar da alta concentração de povos tradicionais que mantiveram ao longo dos séculos a preservação do bioma da Mata Atlântica assim como todos os recursos naturais, a região sofre com insistentes ameaças em relação as riquezas naturais. Nas últimas décadas ações depredativas para fins privados colocaram em risco os modos de vida dessas comunidades como o meio ambiente local. Essas ações estão ligadas a atividades econômicas do grande capital como a mineração. Fato marcado desde o início da ocupação europeia e que deixou grandes problemas no meio ambiente e na saúde das pessoas, como a mineração de chumbo, zinco e prata no alto ribeira paranaense no século passado.

O caso da mineração ganhou grandes repercussões quando a Mineradora Plumbum S.A no município de Adrianópolis- PR, fechou depois de ter contaminado com chumbos adultos e crianças dos bairros vizinhos de onde ela se localizava. Seu funcionamento durou de 1945 a 1995 sendo que até 1991 todo rejeito produzido era descartado no rio Ribeira de Iguape. Teores de chumbo foram encontrados em alta concentração até mesmo nos

alimentos cultivados e no solo nos bairros próximos a uma das minas de chumbo da região deixada a céu município de Iporanga- SP (Lamoglia, 2011), e no solo as margens do rio Ribeira, onde localizam-se áreas agrícolas do quilombo em Ivaporunduva. Atualmente ainda existem diversos projetos de mineração em áreas quilombolas no Vale do Ribeira (ISA, 2013).

A concentração dos contaminantes no rio Ribeira de Iguape não é o único perigo que cerca as comunidades tradicionais do Vale do Ribeira o modo de vida dessas comunidades está ameaçado durante anos pela construção da barragem Tijuco Alto. Na década de 1980, o projeto da hidrelétrica Tijuco Alto passa a ter a existência formal, principal interessado na construção da barragem é a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) que já explora o poder hidráulico dessa mesma bacia fluvial, sendo proprietária de sete hidrelétricas que geram uma potência aproximada de 270 megawatts, destinado na fundição de alumínio (LIS, ICICT, FIOCRUZ, 2007).

O projeto de Tijuco Alto teria a construção de uma hidrelétrica de 10 km de distância nas cidades de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR), com uma barragem de 153 metros de altura, com um reservatório rio acima com 65 km de extensão e 56,5 metros quadrados. A área alagada descontando a calha do rio, será de 57,7 Km quadrados e considerada uma cota de 300 metros. Os municípios que terão parte dos seus territórios alagados serão Ribeira e Itapirapuã Paulista no Estado de São Paulo e Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulisses no Estado do Paraná. O processo de licenciamento de Tijuco Alto é atípico primeiramente por ter começado junto aos órgãos ambientais do Estado de São Paulo e Paraná, por interferência do Ministério Público depois de conseguir uma liminar judicial, o processo foi reiniciado e passou para o órgão federal ambiental Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Os estudos apresentados demonstram muitas falhas o que gerou muitos pedidos de complementação, tanto pelos órgãos ambientais dos Estados de São Paulo e Paraná onde foi apresentado a primeira vez, como pelo IBAMA. No ano de 2003 o IBAMA recusou o EIA/RIMA, no qual, seria a primeira tentativa de licenciamento ambiental negada pelo órgão responsável, outro aspecto importante no

licenciamento ambiental de Tijuco Alto é o fato que o projeto não se enquadra no modelo de setor elétrico aprovado em 2004 que dão outras diretrizes para o planejamento e implementação dos aproveitamentos hidrelétricos. Haveriam mais duas tentativas de licenciamento do projeto de Tijuco Alto o que demonstra um processo não usual (LIS, ICICT, FIOCRUZ, 2007; SEVA FILHO & RICK, 2007).

O grupo VBC formado pela Votorantim (grupo que controla a CBA), Camargo Correa (do qual o CNEC escritório de consultoria faz parte que elaborou o EIA de Tijuco Alto) e pelo banco Bradesco fazem parte da área de energia. Além de serem os donos da Companhia de Força e Luz (CPFL), é sócio de outras grandes empresas na área de energia que geram quase 300 MW no complexo hidrelétrico no rio das Antas, 200MW na serra gaúcha e 80 MW em Campos Novos onde aconteceu grave acidente na barragem. A CBA argumenta sobre a importância da construção de Tijuco Alto com base em alguns argumentos: o poder elétrico que será gerado, o controle das cheias e a pouca expressão socioeconômica na região. Contudo há contradições referentes a esses argumentos, sobre o poder elétrico de Tijuco Alto segundo Sevá Filho e Rick (2007):

“Sabendo-se que não há regularização da vazão rio acima, a pergunta então é: até quantos MW a Hidrelétrica Tijuco Alto poderia assegurar continuamente ao longo do ano para suprir uma fundição de alumínio? Talvez 30 MW em ano de chuvas boas e bem distribuídas, e nesse caso, essa potência equivaleria ao que consomem fornos eletrolíticos fundindo menos de 10 mil toneladas/ano, ou seja, algo como 2,5% da atual capacidade da CBA. O argumento não se justifica mais: a CBA não depende nem dependerá da eletricidade de Tijuco Alto para aumentar significativamente sua produção de alumínio (SEVA FILHO & RICK, 2007)”.

O argumento de controle das cheias é o mais usado pela CBA, pois, as cidades na beira do ribeira sofrem constantemente com as cheias, desta forma, o argumento influência que moradores da região sejam a favor da construção da barragem de Tijuco Alto. Para que o projeto possa conter as cheias em hipótese, segundo a EIA é devido que ela operaria com a cota de água de 290 metros e poderia receber água no “volume de espera” que iria de 290 a 300 metros. Tijuco Alto receberia água de rios em época de chuva intensa portanto receberia uma grande quantidade de sólidos quanto mais se

repetisse esse processo mais sólidos se acumulariam chegando ao entupimento. Outro fator é que o acúmulo de sólidos faria a diminuição de nutrientes minerais e orgânicos carregados pelo rio abaixo, afetando os ecossistemas existentes no rio, as áreas que ficam alagadas e cheias também seriam impactadas. A vazão de água que chega em Registro boa parte são de dois rios que estão barrados, mas as barragens não mostram relevância no controle das cheias nesta cidade (SEVA FILHO & RICK, 2007; SEVA FILHO & KALINOWSKI, 2012).

Outro argumento usado pela CBA é a questão socioeconômica na região, segundo ela o fato da construção de Tijuco Alto trará desenvolvimento para o Vale do Ribeira, através da geração de empregos, da qualificação profissional para a vizinhança da barragem; melhorando a qualidade de vida que para o grupo de Votorantim o modo de vida dos moradores locais se resume em subsistência. O Vale do Ribeira tem um grande contingente de comunidades tradicionais como as quilombolas que partem de uma cosmovisão que não segue os mesmos interesses da ideologia capitalista, além das comunidades tradicionais a região também tem pequenos agricultores, pequenos pecuaristas que seriam afetados diretamente com a construção de Tijuco Alto, Seva, Filho e Rick (2007) apontam a contradição nos argumentos da CBA sobre a análise equivocada da condição socioeconômica do Vale do Ribeira:

“Estão tão mal de vida...que ainda podem comer de sua própria banana, de suas galinhas, de sua mangueira, de seu milho, de seu feijão? Um sitiante com vinte, trinta cabeça de gado tem também seu capital, e também é móvel, como os modernos capitais. Acaso isso significa que ele apenas subiste? (SEVA FILHO & RICK, 2007)”

O licenciamento de Tijuco Alto ainda possibilitaria a futura liberação para a construção de mais três barragens de menor porte que seriam Itaoca, Funil e Batatal, segundo estudos se as três barragens forem construídas a área a ser alagada permanentemente seria de 11 hectares, dentre essas estariam, unidades de conservação, cidades, comunidades quilombolas e terras de pequenos agricultores. Além de ter um impacto ambiental significativo na Mata Atlântica por conta de alterar o regime hídrico (RIBEIRO, 2007)

As comunidades tradicionais, os pequenos agricultores, ambientalistas, moradores da região junto com movimentos sociais vem se organizando ao longo da história para conter o processo de licenciamento ambiental de Tijuco Alto. No ano de 2007 o Movimento Atingidos por Barragem (MAB) e os quilombolas da região convocaram uma marcha que saiu do município de Cajati rumo a Jacupiranga pela BR-116 bloqueando a estrada por 15 minutos. No mesmo ano de 2007, as comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, caboclas, ribeirinhas se organizaram para ir em quatro audiências públicas sobre a EIA/RIMA de Tijuco Alto que seriam dos dias 18 a 21 de maio nas cidades de Adrianópolis e Cerro Azul no Estado do Paraná e Ribeira e Eldorado no Estado de São Paulo. No dia 17 de maio o IBAMA cancelou as audiências públicas sem avisar as comunidades e sem dar qualquer previsão de nova data, em desacordo de como foi feito o procedimento de cancelamento as comunidades quilombolas reunidas na Agenda Socioambiental Quilombola fizeram uma nota de repúdio a ação do órgão ambiental federal responsável, exigindo o agendamento mais rápido possível de uma nova data, pois, a audiência pública é única forma dos quilombolas exporem seu ponto de vista referente a construção de Tijuco Alto (RIBEIRO, 2007).

Consolidação das Estruturas de Poder nos Territórios Quilombolas

As principais estruturas de poder na região se estabeleceram desde o século XVI pelas colonizações dos europeus e quando populações do continente africano são sequestradas de suas terras e trazidas para o Brasil como força motriz para a mineração no Vale do Ribeira. A relação de colonizado e colonizador se dava pela escravidão, não só da população negra mas também da indígena. Com o processo de formação dos quilombos, a liberdade conquistada pelos quilombolas contra o regime escravista ainda não foi capaz de liberta-los de outras formas de opressão, como a ocupação das suas terras por terceiros (grileiros, chamados assim pelos quilombolas), como a exploração da mão de obra por fazendeiros; atualmente as comunidades tradicionais enfrentam a demanda contra o

sistema capitalista, as formas de opressão mudaram ao longo do período histórico, mas o opressor e o oprimido continuaram os mesmos.

Sobre o último grande opressor das comunidades quilombolas, o capitalismo se consolidou a partir de um mundo dito globalizado e no discurso que tal sistema traria estabilidade para todos no planeta, ou seja, o chamado desenvolvimento agregaria a todos e a globalização seria a chave para possibilitar a salvaguarda da diversidade cultural. Contudo, a discursiva se tornou demagogia, as estruturas de poder se mantêm as mesmas que no período colonial, a diversidade cultural, na verdade, é a monocultura do capitalismo, aqueles que não adequam ao sistema são engolidos e exterminados. Na região do Vale do Ribeira paulista os alicerces foram construídos pelo colonizador, e estão presentes até os dias de hoje, por outro lado as lutas da população oprimida se mantiveram ao longo de tempo, da resistência do modo de viver quilombola e sua identidade (GONZALES CASANOVA, 2007; SANTOS, 2001).

Embora no Brasil haja uma legislação para o reconhecimento e titulação dos territórios das comunidades quilombolas, ainda assim, o racismo institucional interfere nesses processos e as atividades de grande empreendimentos próximo dos quilombos enfatizam uma relação de poder e de apropriação dos recursos naturais ditadas pelos grandes grupos capitalistas e licenciada pelas estruturas governamentais que colocam em risco a permanência dos quilombolas em suas terras, consolidando uma estrutura, no qual, as populações tradicionais não tem autonomia no ambiente em que vivem. Para Bullard (1993) quando as comunidades negras não tem autonomia por seu território, devido a omissão do Estado, para assegurar o cumprimento da legislação, tal medida favorece um plano desenvolvimentista e contribui para a distribuição desigual dos impactos socioambientais entre raças, etnias, povos; tais ações consolidam uma política racista, ou seja, possibilitando que o racismo ambiental aconteça. Esta falta de autonomia das comunidades tradicionais demonstram que os laços coloniais jamais foram rompidos, antes as comunidades se escondiam no meio da mata para que o colonizador branco não as encontrasse, protegendo seus territórios e seu modo de viver; hoje as comunidades enfrentam os grandes empreendimentos conduzidos pelas políticas

expansivas de dominação de territórios e exploração dos recursos naturais, consolidadas nos Planos de Expansão de Mineração 2030 e no Plano Nacional de Energia 2030.

Estas relações de poder permanentes do período colonial ficam evidentes quando o órgão ambiental responsável pelo processo de licenciamento anula uma audiência pública na última hora, impossibilitando que as comunidades locais possam expor seu ponto de vista, desta forma, calando aqueles que habitam e cuidaram deste território por mais de trezentos anos ou quando os latifundiários locais, descendentes dos antigos escravistas, defendem a construção de Tijuco Alto e baseiam sua argumentação no controle das cheias, argumento como já mostrado anteriormente sem comprovação científica, não levando em conta os impactos nas populações tradicionais locais pelo fato de considera-las como empecilho a chegada do “desenvolvimento”. Outro fato não considerado são os efeitos psicológicos da desapropriação de comunidades, estudos como de Watanabe e Ferreira demonstram que tais impactos sociais podem causar depressão como outras doenças psicossomáticas, ainda mais em comunidades que seus ancestrais habitaram essas terras por séculos.

Embora hoje as comunidades quilombolas tenham que enfrentar atores diferentes do passado, a luta é a mesma, defender seu território e sua cosmovisão de vida, mesmo que alguns fatores tornem o conflito desigual entre as comunidades e os projetos do setor energético e mineiro. Isto nos trás a uma reflexão, a similaridade com as situações desiguais enfrentadas frente às etnias das elites dominantes e dos colonizados, isto é, descendentes de africanos e indígenas que formaram as comunidades quilombolas hoje estão mais uma vez lutando contra uma população branca elitista que recebeu todos os privilégios dos seus ascendentes, os colonizadores, o que se torna uma desvantagem para os grupo étnico oprimido frente ao grupo étnico opressor, dificultando as lutas no âmbito público.

No que diz respeito a barragem de Tijuco Alto fará o uso dos recursos naturais da forma que o sistema capitalista impõe, exploração e produção de capital, a consolidação de tal empreendimento, se apoia em argumentos pífios e sem nenhuma base científica, os processos de sua regulamentação expõe a verdadeira face de um sistema que não pede, nem

dialoga, mas simplesmente esmaga os povos que não partem de seus princípios, os enormes impactos socioambientais da barragem influenciará diretamente nas tradições dessas comunidades, já que o projeto proposto é antagônico a cosmovisão quilombola. Para Bullard (2004) a instalação de empreendimentos como barragens, aterros sanitários, usinas mineradoras e demais indústrias que impactam o meio socioambiental, é o resultado de decisões de governos conjunto com o grandes grupos neoliberais que definem pra onde serão direcionadas; comunidades negras, indígenas, pobres, aqueles que são excluídos por conta do processo histórico estão muito mais vulneráveis em ter em seus territórios essas atividades. Nesta perspectiva no Vale do Ribeira a construção da barragem de Tijuco Alto, em uma região onde tem a maior concentração da Mata Atlântica do país e uma quantidade considerável de comunidades tradicionais, possibilitará a desapropriação de muitas comunidades locais, assim como trará impactos as comunidades quilombolas que se localizam ao longo do curso do rio, admitindo a exploração desenfreada do rico patrimônio natural (BULLARD, 2004; SILVA, 2014; SEVA FILHO & RICK, 2007).

Estruturas de poder vistas de perto: As barragens e seus processo e ideologia dominante

Assim como nos Estados Unidos da América com a contaminação de PCBs em Warrem Contrem, diversas populações etnicamente diferentes das dominantes, sofrem na pele literalmente, quando se trata de consequências ambientais alienadas ao sistema capitalista. No Vale do Ribeira, as comunidades tradicionais de toda a região (incluindo o lado paranaense) já sofreu injustamente alguma consequência com relação aos empreendimentos das atividades mineiras e hidroenergéticas(MENESES, 2012; DIAS 2010, CONCEIÇÃO 2010). Para além, é importante retratarmos trechos íntimos da história da região, para entendermos como essas comunidades resistiram no seus territórios, desta forma contaremos aqui registros dessa história, ilustrando como o racismo e colonialismo internos se fixam na sociedade consolidando as estruturas de poder.

Historicamente essas comunidades enfrentam um conflito com lados desiguais na balança. Ilustrando essa ideia temos no Brasil colônia onde vários povos africanos foram trazidos para a região de forma forçada (ITESP,1998), onde inicialmente dois irmãos trouxeram 10 negros escravizados, esse momento histórico remete sempre a população negra como “coisa”, a mulher e o homem negro eram produtos, ferramentas de trabalho para a atividade de mineração aurífera. Essa força é muito bem citada por Freire (1933) em Casa Grande Senzala, forma na qual os homens brancos viam a população negra, demonstrando diversos estereótipos, que conseqüentemente foram passados por gerações e infelizmente formaram as bases de uma sociedade do interior de São Paulo, como é o caso de um dos municípios onde se encontram a maior parte das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, Eldorado. Contudo ela também deu alicerce para poucas famílias brancas da região se consolidarem na região, dentro de um processo histórico de racismo e opressão. Queiroz (1983) descreve várias passagens de como a população que tinha poder na década de 80, fazendeiro e professor, descreviam sobre as comunidades quilombolas rio acima de Eldorado.

Fazendeiro de Eldorado:

“Eles não gostam de ser mandados, empregados. Eles ficam mais de uma semana parados e depois voltam a trabalhar..] “é um pessoal ali que vive da roça..] [..bem rudes..] [..eu acredito que ali seja um problema de educação deles, bem das origens.” (QUEIROZ, 1983 , p23)

Professor de Eldorado:

“Eu me lembro quando era criança, eu ia lá em cima. Eles tinham um modo de falar estranho. A maior parte era bem preta. Mas não eram macumbeiros não..] Mas a questão de cor não existe na cidade, por exemplo não existe preconceito, eu acho que lá é menos ainda, tudo misturado.” (QUEIROZ, 1983, p24)

Nas falas desses moradores podemos enxergar como a população que na época e até os dias atuais, mantem o poder social daquele município. A visão de atrasados, a ignorância de não trabalharem faz parte de um racismo histórico. Desmistificando isso Silva, Mazzala Neto (2015) descrevem quanto essas comunidades são produtivas, tem na suas raízes a detenção de tecnologias de plantio, e como sobrevivem dentro de uma cosmovisão única com a natureza na qual estão inseridas.

A partir disto podemos entender que os atores que defendem a expansão do grande capital na região estão muito bem atrelados as visões e interesses locais, pois a construção de Tijuco Alto tem o apoio de muitos, monocultores de banana, que assim como o fazendeiro acima descreve, não tem se quer um conhecimento do porque estas comunidades estão ali, e muito menos sua história. Pelo contrario essa estrutura de colonialismo interno, sempre tentou influenciar no modo de vida de todos pequenos produtores da região, principalmente com a expansão da monocultura de banana e com o uso de agrotóxico, como mencionado por uma quilombola de Ivaporunduva:

Quando eu era pequena já tinha banana, mais era pouquinho o que produziam principal era arroz, as roças maiores eram de arroz de milho de mandioca. Na beira do rio as pessoas também produziam, plantavam banana, mas era muito barato, muito barato mesmo e era pouquinho. A banana na verdade foi trazida, mas na verdade que trouxe ela para o Vale foram os Japoneses, os fazendeiros de Miracatu e Juquiá. Já o arroz as pessoas plantavam muito arroz, e era produzido mais na capova, lá fazia as roças nas capoeira e ai plantavam o arroz (SILVA, MAZZALA NETO, 2015, p 12).

E mesmo com essas relações extremamente conflitantes as comunidades lutaram contra a construção de barragens no Vale do Ribeira, enfrentando agentes externos e internos sem se deixaram abater, foram a luta contra as barragens, se auto organizando e fundando o Movimento dos Ameaçados por Barragem, importante articulador, que acompanha juridicamente e nas auto-organizações para manifestações dos direitos das comunidades. Sua história começou a partir das barragens, mais seu movimento ganhou corpo estendendo a luta principalmente para regularização da terra, como diz uma quilombola de Ivaporunduva.

“Passamos a ter o conhecimento das barragens através das irmãs da pastoral da terra. Aquela é época tinham as Comunidades Eclesiais de Base. As pessoas não tinham os meios de informação que tem hoje. Então só tinha as reuniões. Era mais ou menos na década de 80, tínhamos muitos problemas de grilagem de terceiros, invadiam as terras do quilombo. Teve um problema no São Pedro, que até mataram um quilombola. As informações que a gente tinha era que iam construir várias barragens, as empresas CBA (Companhia Brasileira de

Alumínio) CESP (Companhia Energética do Estado de São Paulo), eles chegaram até colocado os paus marcando aonde ia chegar a água . Dai começamos a se organizar e criamos o MOAB, que é o Movimento dos Ameaçados por Barragens. Porém, antes participamos de algumas conversas com o MAB pensamos criar a MOAB. [Qual era a importância?] Conhecer as experiências. Então as comunidades foram se mobilizando, era reunião numa comunidade, depois em outra. Dai encontramos o artigo 68 que falava que os quilombolas tinham direito a terra. Então foi pensado em fazer o reconhecimento, para não sofrerem mais ameaças para sair da terra. Porque aqui no Vale é muito difícil as pessoas terem título da terra”

Contudo a luta das comunidades quilombolas contra as barragens, nunca foi somente contra as barragens e sim a favor do território. O direito a terra deve ser priorizado para aqueles que já estão nela a mais de 400 anos, desta forma a luta contra as barragens também é pela regularização fundiárias de suas terras, e pelo direito de sobreviver nelas sem a intervenção de empreendimentos capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado no decorrer deste artigo, os impactos socioambientais não acontecem de formas iguais entre grupos étnicos/raças, a distribuição dos problemas ambientais está ligado a formação histórica de cada território, populações que foram vulnerabilizadas por conta dos processos de opressão tanto ocorridos no período colonial como nos dias atuais estão mais sujeitas a receberem os grandes empreendimentos como barragens, mineradoras, indústrias poluentes em seus territórios. As práticas racistas ganham grande força durante o período colonial, no caso das Américas, onde as populações negras e indígenas sofreram um cruel processo de opressão e extermínio, nos dias atuais, as relações de poder raciais são ainda existentes, demonstrando a correlação entre o racismo ambiental e o colonialismo interno.

No caso da construção da barragem de Tijuco Alto reforça tais conceitos, demonstrando de um lado, o poder do grande capital que está nas mãos de uma pequena população elitista branca e do outro lado a luta das

comunidades quilombolas para manter sua cosmovisão de mundo e preservar seu território contra os grandes empreendimentos capitalistas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BULLARD, Robert D. “Environmental Justice for All”. **Environmental Justice and Communities of Color**. 1993. p. 21-22.

BULLARD, Robert. “Enfrentando o racismo ambiental no século XXI”. **JUSTIÇA ambiental e cidadania**. Coautoria de Henri Acselrad, Selene Herculano, Jose Augusto Padua. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2004, c2003. p 42-47.

BULLARD, Robert D. **Duping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality**. 3rd ed. p. 5-6.

BULLARD, Robert D.; JOHNSON, Gleen S. **Environmental Justice: Grassroots Activism and Its Impact on Public Policy Decision Making**. *Journal of Social Issues*, Vol. 56, No. 3, 2000, p 555-578. p 556-557.

CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **Bairros negros do Vale do Ribeira: do "escravo" ao "quilombo"**. 2006. 211p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CONCEIÇÃO, André L. **A UHE Tijuco Alto e a qualidade de vida no Vale do Ribeira: o caso do Município de Ribeira-SP**. 2010. 106 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, Campinas, SP.

CUNHA, Fernanda. G. **Contaminação humana e ambiental por chumbo no Vale do Ribeira, nos estados de São Paulo e Paraná, Brasil**. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

DIAS, Paulo. R. A. **Instrumentos, Técnicas e Visões de Mundo na Comunidade Quilombola de João Surá: Alteridade como Reserva de Possibilidades**. Diss. para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da UTFPR. 2010

DOS SANTOS, Sônia Beatriz. “Famílias Negras, Desigualdades, Saúde e Saneamento Básico no Brasil”. **Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva**. 2013. p. 44.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora Civilização Brasileira S.A. 1968. p. 26-29.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. J. Olympio, 1933.

GONZÁLES CASANOVA, Pablo. **Colonialismo interno** (uma redefinição). *En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007. p. 2-28.

GONZÁLES CASANOVA, Pablo. “**Las Causas de la rebelión en Chiapas**” en Política y sociedad, num. 17, septiembre-diciembre 1994, Madrid, p. 83-94.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. “**Democracia Racial: O ideal, o pacto e o mito**”. *Novos Estudos*, nº61, p. 147-162.

HERCULANO, Selene. **Racismo ambiental o que é isso?**. 2016. p. 1-2

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Release – 8 de maio. 2016.

JUSTIÇA ambiental e cidadania. Coautoria de Henri Acselrad, Selene Herculano, Jose Augusto Pádua. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2004, c2003. p.13.

LEE, Charles. **Proceedings: The First National People of Color Environmental Leadership Summit**. New York: United Church of Christ Commission for Racial Justice, 1992.

LIS, ICICT, FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental de Saúde no Brasil**. Disponível em <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>> . Acesso em: 22/08/2016.

LUIZ, Viviane. L. **O Quilombo Ivaporunduva e o enunciado das gerações**. São Carlos. 2013. 157 p.

MENESES, Rosana. **Caleidoscópio quilombólico da regularização**. 2012. 185 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP

MORAES, Roberto. P. **Transporte de chumbo e metais associados no Rio Ribeira do Iguape, São Paulo, Brasil**. 1997. 94f. Dissertação (mestrado) -

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociencias, Campinas, SP.

PAIXÃO, Marcelo. "O verde e o negro: a justiça ambiental e a questão racial no Brasil". **JUSTIÇA ambiental e cidadania**. Coautoria de Henri Acselrad, Selene Herculano, Jose Augusto Pádua. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2004, c2003.

PAIXÃO, Marcelo. "**Brasil: retrato em branco e negro**". In Democracia Viva, nº13, março a junho de 2002.

QUEIROSZ, Silva. R. **Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica**. Ed USP, 1983.

RAMÊ, Rogério. S. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos**: Conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica. Caxias do Sul, RS. Educs-2003.

RIBEIRO, Tereza; PACHECO, Tânia. Mapa de Conflitos Causados por Racismo Ambiental no Brasil. 2007. SANTOS, Kátia M. Pacheco, and Nilto TATTO. "**Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.**" (2008).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 6ªed. Rio de Janeiro. Record. 2001.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo; RICK, Aline Tiana. **Parecer independente sobre o licenciamento ambiental do projeto da Hidrelétrica Tijuco Alto, no rio Ribeira do Iguape (Paraná-São Paulo) e sobre os seus riscos para o povo e sua região**. Instituto Sócio Ambiental, março de 2007.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo; KALINOWSKY, Luciana M. **Transposição e hidrelétricas**: o desconhecido Vale do Ribeira (PR-SP). Estudos Avançados (26) 74, 2012.

SILVA, M, MAZZALA NETO. **O contexto da agricultura quilombola no Médio Ribeira- SP, in: Jornada de estudo de assentamento rurais**, 7ª, 2015, Campinas /SP.

WATANABE, Carmen B.; FERREIRA, Gilda C. **Impactos sociais da mineração do folhelho pirobetuminoso sobre a comunidade rural Dois Irmãos, desapropriada para fins de utilidade pública**. RA 'E GA 23. 2011. p. 376-397.